



**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PCT BRA/IICA/14/001 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



Irinéia Nunes: Artesã alagoana transforma tragédia das enchentes de 2010 em arte.
Comunidade Remanescente de Quilombo Muquém. União dos Palmares. Alagoas.

PRODUTO 6 – Relatório Técnico contendo a compilação das informações produzidas nas comunidades remanescentes de quilombos, com análise comparativa.

**Adalcira Santos Bezerra
Consultora
Brasília-DF
2016**

RESUMO EXECUTIVO

Este Relatório Técnico – RT6: contém a compilação das informações produzidas nas comunidades remanescentes de quilombos, com análise comparativa, nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia (Etapa 1 e 2), em regiões do Baixo e Médio São Francisco, relacionadas aos aspectos: nas áreas do meio ambiente, acesso à terra e a água, educação quilombola, saúde, habitação, transporte, saneamento e infraestrutura, regularização fundiária, cultura. O referido documento consta das informações gerais no item apresentação, onde está inserido resumidamente o teor descrito. Relaciona as parcerias de governo e da sociedade civil no apoio à realização das atividades junto essas comunidades remanescentes. Segue com objetivo que é a compilação das informações colhidas nos produtos anteriores, uma breve descrição do histórico desde a CF/88 para a garantia de fomento ao auto reconhecimento pelas comunidades, quanto a sua origem na ancestralidade africana, os desdobramentos nas leis que a seguem, citando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT Art. 68, no sentido do acesso e titularidade coletiva de seus territórios por herança onde são apontados os caminhos para a titulação concedida pela Fundação Palmares e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. Em seguida, trata da descrição compilada dos documentos anteriores com base nos aspectos indicados nos eixos do Programa Brasil Quilombola - PBQ, comentários de acordo com o objetivo desse relatório com os comentários buscando a atribuir uma análise comparativa do conjunto descrito. Abrange os comentários sobre o conjunto com as comunidades e por fim as referências.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS.....	5
3. HISTÓRIA – ECOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	5
3.1. AUTO-IDENTIFICAÇÃO: Sou quilombola.....	5
4. CAMINHOS PARA A TITULAÇÃO.....	6
4.1. Territórios Quilombolas.....	6
5. RETRATO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	8
SERGIPE, ALAGOAS E BAHIA.....	8
6. SERGIPE.....	9
6.1. Comunidades quilombolas do Baixo São Francisco.....	9
7. ALAGOAS.....	17
7.1. Comunidades quilombolas do Baixo São Francisco.....	17
8. BAHIA.....	23
8.1. Comunidades quilombolas do Médio São Francisco – Etapa 1 e 2.....	23
9. CONCLUSÃO DO TRABALHO REALIZADO.....	27
10. REFERÊNCIAS.....	29
ANEXOS.....	30

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por finalidade atender ao contrato de prestação de serviços de consultoria n.º 114298, relativo ao termo de referência n.º 4853 para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para desenvolver o Relatório Técnico – RT6 contendo a compilação das informações produzidas nas comunidades remanescentes de quilombos, com análise comparativa nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia (Etapas 1 e 2), utilizando o recorte da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – BHSF, regiões fisiográficas do Baixo São Francisco, compreendendo Sergipe e Alagoas e do Médio São Francisco com abrangência para o Território de Identidade do Velho Chico no estado da Bahia.

Nessa direção, o presente documento reúne o resultado das atividades desenvolvidas para o levantamento das informações do governo federal nos estados indicados, nas áreas do meio ambiente, acesso à terra e a água, educação quilombola, saúde, habitação, transporte, saneamento e infraestrutura, regularização fundiária, cultura.

Serviram de referência, fontes do governo federal desde a Constituição Federal de 1988, o site da Fundação Palmares, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, o Programa Brasil Quilombola – PBQ¹, Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

O documento está organizado em dez itens desde a apresentação, o objetivo das atividades para o levantamento das informações, uma descrição do histórico sobre o reconhecimento de comunidades originárias de antepassados escravizados, inscritos na Constituição/88, a criação dos territórios identitários com o apoio do governo do Estado da Bahia. Consta o resultado das informações reunidas nos Produtos dois a cinco que dão conta do estágio situacional do modo de vida quilombola em relação aos programas e ações afirmativas e de reparação, um posicionamento sobre a percepção da realidade, os

¹ O Programa Brasil Quilombola¹ foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue: Eixo 1: Acesso À Terra; Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e o Eixo 4: Direitos e Cidadania.

comentários e as referências consultadas.

2. OBJETIVOS

Apresentar relatório contendo a compilação das informações produzidas nas comunidades remanescentes de quilombos, com análise comparativa nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia (Etapas 1 e 2).

3. HISTÓRIA – ECOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

3.1. AUTO-IDENTIFICAÇÃO: Sou quilombola

Ser quilombola é uma questão de assunção do lugar histórico que originou sua ancestralidade e que significa ser herdeiro do qual é parte e todo. Para Marques, (2008) [... É a continuidade histórica que relaciona o território fundado pelo ancestral comum aos seus moradores atuais...]. Além do fundamento histórico, o significado de comunidade se constrói a partir do compartilhamento das mesmas condições sociais e de um mesmo modo de viver, cultural, espiritual e mítico (LIMA, Et al). “O sentimento de pertencer a uma coletividade que possui uma mesma origem histórica define a comunidade” (LIMA, Et al).

O determinante histórico do SER remanescente² quilombola advém da Constituição de 1988, que inaugura pela primeira vez na história, enquanto sujeito de direito legítimo, uma luta e conquista dos movimentos negros, garantido, especificamente no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, a saber: *"Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."* Portanto, na contramão da legislação colonial, os quilombolas passam ter direito à reparação de danos.

² “Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”. Deste modo, comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. (http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_oque.html).

A proposta para que fosse reconhecido o direito das terras às comunidades quilombolas na Constituição Federal de 1988 foi, como resultado de um amplo processo de mobilização das comunidades negras rurais, do movimento negro urbano e de outras organizações, apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, através de uma emenda de origem popular (SOUZA, 2008).

Com fins de representação das comunidades quilombolas, no ano de 1995, foi criado pelo movimento nacional das comunidades negras rurais a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – Conaq, fruto de uma deliberação do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília/DF. Em 1996 o Conaq é oficializado durante a reunião de avaliação desse encontro na cidade de Bom Jesus da Lapa – BA. A participação do Conaq na elaboração do [Decreto Federal nº 4.887 de 2003](#)³, tem grande significado, representa a principal instância de luta dos direitos quilombolas em prol do acesso à terra e das políticas afins para a garantia da cidadania.

4. CAMINHOS PARA A TITULAÇÃO

4.1. Territórios Quilombolas

Como forma de congregar as ações direcionadas às comunidades quilombolas, em 2004, o governo federal instituiu o Programa Brasil Quilombola, seguido da criação da Agenda Social Quilombola – ASQ⁴, com recursos previstos no PPA, a ser desenvolvido por dezenas de ministérios de modo a atender os objetivos para:

A garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como o Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

Em pesquisas extraiu-se que tanto a legislação federal quanto as estaduais, orientam o “processo para a identificação até a titulação das terras quilombolas”, sendo o Incra o órgão responsável na esfera federal em acordo com o citado decreto e a [Instrução](#)

³ Regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁴ ASQ atua em eixos relacionados ao acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. A gestão da ASQ é estruturada a partir do Comitê Gestor Interministerial e tem caráter deliberativo e executivo composto por Ministérios e Secretarias Especiais.

[Normativa Incra nº 57 de 2009](#), enquanto que à Fundação Cultural Palmares coube a emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos com base no mesmo decreto. A partir do decreto foi iniciado pelo Incra/SE um processo inédito no País, com a obtenção de áreas particulares para a criação do futuro território, o que se deu no final de 2013.

É importante registrar que no Brasil, as primeiras comunidades a serem tituladas contam a história de um quilombo, berço e símbolo da resistência contra a escravidão, daí a Fundação Palmares, ter criado no ano de 2007 o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, único do gênero no Brasil, em memória à luta e defesa daquele povo. O quilombo Muquém, é a materialidade do pertencimento por ser remanescente do Grande Quilombo dos Palmares, à época liderada por Zumbi dos Palmares.

O povoado de Muquém/AL, situado no pé da Serra da Barriga, segundo alguns pesquisadores, esta comunidade remonta os ancestrais de onde, de acordo com Moura (2009, p. 31), ela teria surgido há aproximadamente 150 ou 200 anos atrás, exatamente no período da escravidão no Brasil.

Para que a comunidade quilombola possa receber a titulação de suas terras, há um rito a ser seguido, iniciado pela Fundação Palmares, a partir do qual o Incra dá prosseguimento até a regularização fundiária com a posse definitiva. Então há um marco inicial seguido por sete etapas, de acordo como descritas na sequência.

Marco Inicial- Certificação, concedida pela Fundação Palmares que entre as suas atribuições está a formalização da “existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania”. Após a etapa de certificação o rito até a titulação obedece as fases descritas e sintetizadas na **Figura 1**:

1. Fase inicial – abertura do processo no Incra para reconhecimento dos Territórios Quilombolas.
2. Elaboração do RTID⁵ – Início do estudo da área visando à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Declaração.
3. Análise e julgamento de recurso do (RTID – Após a publicação do RTID, o processo é

⁵ Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. [Ihttp://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas](http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas).

aberto para contraditório).

4. Portaria de Reconhecimento – Portaria que declara os limites do território.
5. Decretação/encaminhamento – Decreto presidencial que autoriza a desapropriação privadas/encaminhamentos a entes públicos que tenham a posse.
6. Desintrusão – Notificação e retirada dos ocupantes.
7. Titulação – Emissão de título de propriedade coletiva para as comunidades

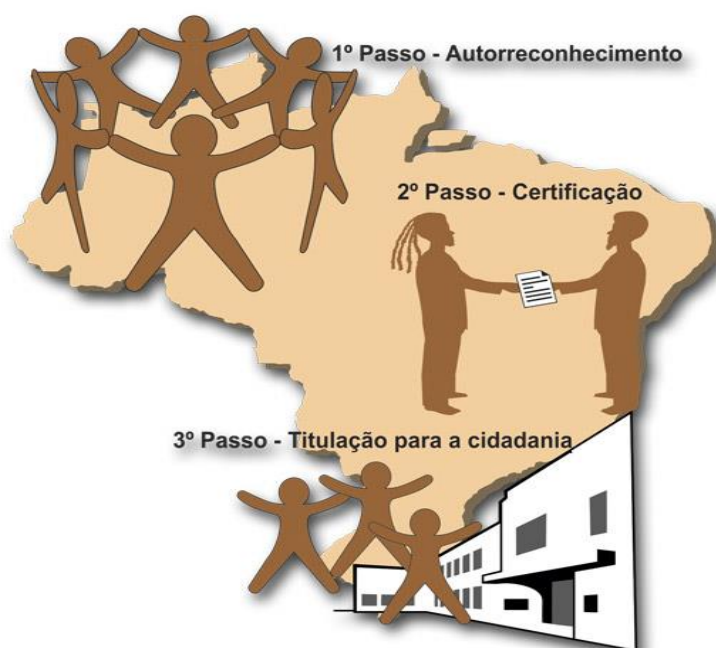


Figura 1: Síntese dos passos/fase da Certificação à Titulação. **Fonte:** Serra da Barriga.

5. RETRATO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

SERGIPE, ALAGOAS E BAHIA

A história de invisibilidade a que esteve submetida as comunidades remanescentes de quilombos, existiu até que seus direitos fossem reconhecidos na Constituição Federal/88, quando esta orientou o Programa Brasil Quilombola e Agenda Social que dispõe sobre uma atenção específica, porém ocorreu de forma bastante frágil. A cada pasta e secretaria especial com status de ministério coube a construção de sua agenda a ser implementada em parceria com estados e municípios, com vista à implantação da política de

reparação. A descrição que segue é uma reunião do que foi levantado nesses estados sobre o alcance dessa agenda junto aos remanescentes de quilombos.

Afirmar o quantitativo de comunidades remanescentes de quilombos no recorte estadual escolhido torna-se impreciso porque as fontes voltadas ao reconhecimento e legitimação da existência desses grupos étnicos revelam divergências e desatualizados, notadamente no sítio da Fundação Palmares e do Incra. No entanto, para a consecução do trabalho, o acesso aos grupos em cada estado (Sergipe, Alagoas e Bahia), aconteceu por meio da intermediação de atores sociais quilombolas e representantes.

Nesse cenário foram identificados quais e quantos territórios quilombolas estariam dentro do escopo da proposta para a identificação das ações realizadas. Os quadros que seguem oferece algumas informações básicas sobre as comunidades (número de famílias, município, ano de certificação, situação atual junto ao Incra e a região fisiográfica).

6. SERGIPE

6.1. Comunidades quilombolas do Baixo São Francisco

Das 27 Comunidades Remanescentes de Quilombos, identificadas na região do Baixo São Francisco/AL, quatro (**quadro 1**), foram objeto deste trabalho: Brejão dos Negros (Brejo Grande); Bongue (Ilha das Flores); Caraíba (Canhoba) e Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco), à exceção de Caraíba, as três outras comunidades estão nas margens do rio São Francisco.

A comunidade de Caraíba tem acesso apenas à água de cisterna com a ressalva de que não chove há muito tempo. Não plantam absolutamente nada, as cercas das fazendas são muito próximas às moradias, muitas dessas sem quintais, é o que Nézia, presidente da associação quilombola de Caraíba, chama de “comunidade encurralada”. O bombeamento de veneno para as pragas do capim contaminam a água, são prejudiciais à saúde, muitas vezes a dispersão do veneno foi feita de pequenos aviões, passando por cima das casas.

Nessa linha o que foi colhido representa a realidade humanamente insustentável, em particular, por essa comunidade a de Caraíba, por um aspecto básico, a insegurança hídrica. Enquanto que as três outras possuem o rio São Francisco, como referência e ainda que a água para o consumo humano não seja tratada, Caraíba tem acesso indireto a essa mesma água por meio dos carros-pipas do exército, de quem estão à mercê.

Quadro 1. Comunidades Remanescentes de Quilombo: Baixo São Francisco em Sergipe.

COMUNIDADE	FAMÍLIAS (Nº)	MUNICÍPIO	CERTIFICAÇÃO (ANO)	SITUAÇÃO ATUAL Inkra	REGIÃO
Bongue	---	Ilha das Flores	2007	Certificada	Baixo
Brejão dos Negros	486	Brejo Grande	2006	RTID	Baixo
Caraíbas	130	Canhoba	2005	RTID	Baixo
Lagoa dos Campinhos	89	Amparo do São Francisco	2005	Titulada parcialmente	Baixo

A consolidação dos mecanismos efetivos para o acesso à infraestrutura e qualidade de vida, conforme exposto no Programa Brasil Quilombola por intermédio de uma agenda social para esse fim, tais como (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais para o atendimento das demandas de saúde, educação e assistência social e outras, é condição para que essas comunidades ascendam enquanto cidadãos de direito.

Nessa direção, sobre a educação contextualizada, nenhuma das secretarias de educação inseriu nos currículos a especificidade da educação para esses remanescentes uma vez que “A educação quilombola deve considerar as vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país, de forma a considerar suas especificidades étnico-culturais” (Conselho Nacional de Educação).

Todas as escolas tratam os assuntos da cultura ancestral de forma superficial, embora algumas contemplem em suas atividades com mais frequência. Se não consta no Projeto Político Pedagógico - PPP não é obrigatório, não há, portanto a formação continuada para preparar os professores que na maioria dos casos não são da comunidade, o que é considerado uma barreira. O prédio, **figura 2**, e as instalações da escola de Caraíbas são precárias, sem investimento em melhorias e na questão da água para os alunos.



Figura 2: Escola na Comunidade de Caraíbas. Canhoba.

O caso de Caraíba chama a atenção por ser a mais desassistida pelas ações dessa agenda e que estão bem definidas na CF/88 no que diz respeito (com grifo nosso) ao

“Art. 6º São direitos sociais **a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CF/88), com destaque para os direitos sociais em negrito.

Nessa direção, Lagoa dos Campinhos e Brejão dos Negros se encontram, guardando as proporções, com melhor qualidade de vida, destacando que a primeira tem boa parte de suas terras tituladas, ou seja, pertencem à coletividade. Aí são trabalhados os temas dos quilombos, embora não esteja no PPP e as edificações não sejam as apropriadas, de acordo com o MEC. Os equipamentos de Saúde estão na comunidade de Lagoa dos Campinhos, enquanto que em Brejo Grande e em Caraíbas, todos recorrem e concorrem com os da sede do município, os quais já contam com a sua precariedade histórica no atendimento.

Quanto ao desenvolvimento produtivo que valorize a identidade e cultura local bem como os recursos naturais existentes nesses territórios, já foi mencionado que a comunidade de Caríbas, também, não tem acesso aos recursos naturais e não dispõe de espaço adequado e livre de contaminação para nenhuma prática de inclusão produtiva. Na comunidade de Lagoa dos Campinhos, existe algum apoio nesse sentido para a produção de doces artesanais e implantação de hortas comunitárias. Em Brejão dos Negros a mulheres foram atendidas com o kit para a produção de horta comunitária ainda no início, já em Ilha das Flores, sem nenhum incentivo, os arranjos são locais.

O Programa Minha Casa Minha Vida, atendeu uma parte das famílias de Lagoa dos Campinhos, embora a demanda seja muito maior, de acordo com Edmilson, o coordenador da associação, a demanda é bem superior. Já na comunidade de Brejão dos Negros e de Ilha das Flores, **figura 3**, o programa está sendo implantado mais recentemente, novamente nada foi direcionado para Caraíbas.

Nenhuma delas possui atendimento para saneamento rural. Todas possuem eletrificação rural do Programa Luz para Todos, sendo que a qualidade é um pouco superior em Ilha das Flores e em Brejão dos Negros por talvez possuírem características urbanas. As vias de acesso apresentaram mais dificuldade em Caraíbas, toda a estrada é de fazenda, como se tivessem que pedi permissão para ir e vir, depois em Lagoa dos Campinhos. Essa última com melhores condições possui meio de transporte, embora precário e

restrito à pouquíssimas famílias, de todo modo, é uma demanda pendente nas três comunidades.



Figura 3: Programa Minha Casa Minha Vida Rural. Ilha das Flores.

O estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento, é extensiva às três comunidades, há um bom cabedal de militância, o que justifica o conquistado até o momento, muito embora seja bem desigual os critérios para o acesso às políticas públicas.

Quanto o acesso à terra, há considerável morosidade na execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária nessas áreas das quilombolas rumo à titulação coletiva, motivo que justifica o não acesso pleno ou parcial como é o caso de Caraíbas às demais políticas comentadas anteriormente. A certificação pela Fundação Palmares ocorre em um horizonte temporal e a continuidade do processo pelo Incra perde-se de vista ou não acontece. Como dito anteriormente apenas Lagoa dos Campinhos teve suas terras tituladas, embora em parte, Brejão dos Negros e Caraíba, tiveram seus relatórios antropológicos publicados recentemente, em passo além da certi-

ficação, enquanto que o processo da comunidade de Bongue está parado, pelo menos até a realização das atividades por esta consultoria.

Por fim, ainda sobre a questão ambiental no território do Baixo São Francisco, e Brejão dos Negros, uma população quilombola ribeirinha, o olhar aponta, principalmente, em direção das lagoas marginais e manguezais, riquezas de valor inestimável para a proteção permanente, na qualidade de extrativista.

Na contramão do exposto, o meio ambiente diferente do que foi em épocas dos ancestrais, a realidade é bem diferente outra, a pressão sobre esses ambientes é degradadora pela especulação do capital. O manguezal antes denso, hoje está devastado para a implantação de empreendimentos, os tanques para as fazendas de camarão, tomam o espaço natural das lagoas marginais, assim ocorrem outros níveis de desmatamento.

Fala de Izaltina: As lagoas marginais, essa lagoa aqui é que sustenta a comunidade, chama-se “Lagoa Brejão Grande”, no verão o pessoal pesca nessa lagoa. A lagoa está seca, está secando, assim como o companheiro vai falar da Lagoa de Campinhos Sobre as fazendas de camarão: Viveiro de camarão do no manguezal que através desse viveiro de camarão, o resíduo que sai do viveiro prejudica a manguezal e o rio, aí mata os caranguejos, diminuindo também a quantidade de peixes e de caranguejos.

Izaltina e Jô de Brejão dos Negros: Mesmo com as especificidades, os problemas ambientais apontados não diferem da maioria das comunidades ribeirinhas inserida no estudo, a exemplo da comunidade de Bongue e Amparo do São Francisco e as inseridas na bacia do rio São Francisco de modo geral, quando se trata da diminuição até a extinção da ictiofauna nativa, do desmatamento do manguezal que além do dano ambiental, impossibilita as atividades de subsistência, da mata ciliar para ceder lugar aos muitos viveiros (hoje tem mais viveiros que mangue), resort e outros empreendimentos, a poluição das águas com veneno, produtos e resíduos dos tanques, o cloro o cal utilizado para limpar, matar todo o ser vivo para ficar só o camarão e que mata a diversidade sem contar a proibição da pesca nas lagoas pelos empreendedores e fazendeiros.

De acordo com Xifronese o maior problema é o *encurralamento*, conforme desenho produzido pelos jovens (monitores) na atividade “Mapa Falado” no produto 2. O resultado é que se não desapropriar Caraíba vai ser uma comunidade de idosos que vivem de aposentadoria, os jovens estão indo embora. Relata também, que os fazendeiros com seus tratores, põem veneno nos fundos das casas, o vento traz o cheiro do Tordon para

dentro de casa, então vai ser também, uma comunidade doente.

Fala de Izaltina: No rio doce a gente tinha muito camarão e hoje a gente não tem camarão, quando tem é muito pequenininho, de rabinho fino, nem tem carne, só cabeça.

ANTES	HOJE
Brejão dos Negros e Bongue	Rio largo e assoreado
Rio, estreito e profundo	Diminuição de variedades de peixes nativos
Cheias	Poluído
Menos poluído	Barragem
Não existia barragem	Desmatamento
Vegetação nas margens	Plantação com produto químico
Lagoas utilizadas como berçário (peixe)	98% das embarcações motorizadas
Plantações com resíduos sólidos	Muitas queimadas
Lagoas marginais para a plantação de arroz	Menos pássaros e peixes
Menos embarcações motorizadas	Muita construção às margens do Rio
Menos queimadas	Menos plantações artesanais
Muitos pássaros e animais	Seca das nascentes
Menos construções às margens do rio	Quase não existe lagoas marginais
	Mais plantações artesanais

O aspecto cultural vem sendo mantido com muito trabalho, os jovens quase não se identificam com as danças, a religiosidade. De acordo com o Senhor Adauto do Carmo, 83 anos, rezador, mestre de maracatu de Brejão dos Negros, ele foi iniciado ainda criança. Festas Santa Cruz, São João, Nossa Senhora do Bom Parto e Patrocínio. Outras expressões mais recentes são a dança, percussão e o teatro com crianças e jovens e que muito tem interessado aos mais jovens, enquanto que o que está mais ligada à cultura dos antigos, dos antepassados, há pouco interesse, por vergonha, por não valorizarem.

As meninas, ainda se interessam, contudo os grupos originariamente são constituídos homens e mulheres, rapazes e moça. Para Izaltina de Brejão dos Negros, tanto as famílias quanto a escola são responsáveis por garantir o reconhecimento, respeito e valorização da cultura africana para que se perpetue. Se a escola não é quilombola e o professor não é da comunidade, não há interesse de preservar essa

herança, informa Ana Maria, Agente de Saúde de Ilha das Flores.

Em Brejão dos Negros e Lagoa dos Campinhos, a culinária, típica da cultura ribeirinha, inclui as moquecas, os produtos da mandioca (uma casa de farinha foi implantada em 2011) com coco e outros doces. A confecção de esteiras com palhas, **figura 4**, As palhas são colhidas em uma área, **figura 5**, de extrativismo da comunidade de Brejão dos Negros.



Figura 4: Confeção de esteira de palha de buriti. Brejão dos Negros.



Figura 5: Área para preservação. Brejão dos Negros.

7. ALAGOAS

7.1. Comunidades quilombolas do Baixo São Francisco

Num universo de 47 Comunidades Remanescente de Quilombos identificadas no Estado de Alagoas, região do Baixo São Francisco/AL, quinze, **quadro 2** ao final desse item, foram objeto deste trabalho: Cacimba de Barro e Caboclo (São José da Tapera); Mocó e Jacu e Alto do Tamanduá (Porto das Trincheiras); Paus Pretos (Monteirópolis); Mumbaça, Belo Horizonte Uruçu e Lagoa do Tabuleiro (Traipu); Sítio Lagoa do Algodão (Carneiros) Tabacaria (Palmeira dos Índios); Chifre do Bode e Poço do Sal (Pão de Açúcar) e Pixaim (Piaçabuçu), além de Muquém (União dos Palmares) que está inserido na Bacia do Mundaú.

A realidade encontrada nessas comunidades quilombolas pouco se aproxima à encontrada no estado de Sergipe quanto aos aspectos aqui abordados. Pelo contrário, em Alagoas, o acesso aos programas condutores para as políticas de reparação e afirmativas das comunidades remanescentes de quilombos estão por acontecer. Talvez o nível de representatividade, organização e luta seja um dos fatores somados à desatenção história do estado e municípios quanto às políticas básicas de educação, saúde, por exemplo.

Os pontos abordados, com poucas exceções, são comuns às quinze comunidades, sendo que há casos com um grau máximo de criticidade. Iniciando pelo acesso à terra, há dois pontos a citar, um é que todas estão certificadas pela Fundação Palmares, esse é o mais simplificado do processo, uma vez que a (s) comunidade (s) se auto reconheceu como remanescente quilombola. O outro ponto é que nenhuma possui o RTID, o relatório antropológico que é resultante do diagnóstico conduzido por uma equipe de especialistas do Incra (antropólogos, geógrafos e outros).

Aí reside uma questão que interfere no encaminhamento de acesso aos programas afirmativos, embora não seja de todo atrelado, a exemplo do acesso à água, Programa de Cesta Básica e o Mesa Brasil. Em dez comunidades há o sistema de água encanada, cujo atendimento é precário durante todo o ano, mesmo assim não podem participar de outro programa de acesso à água. Embora tenham cisternas, essas passam o ano seca, há menos que tenha muita chuva, o que não acontece há anos. Esse também é o caso de Paus Preto e, Monteirópolis. A saída é pagar 200,00 reais ou mais por um carro-pipa, nenhuma comunidade é ribeirinha. E Paus Preto a escola, também é abastecida por carro-pipa, mas também atende a comunidade (**figura 6**).



Figura 6: Cisterna que abastece a escola e a comunidade. Paus Preto. Alagoas.

A despeito do colocado, dificulta na solução de acesso à moradia, entre outros, não há como implantar o programa Brasil Quilombola por meio da agenda social criada para esse fim, se a comunidade não possui a titularidade coletiva do seu território. Segundo Manoel dos Santos, Bié, coordenador das comunidades quilombolas desse estado, nenhuma foi contemplada com “o minha casa minha vida”.

Ainda no contexto de infraestrutura e qualidade de vida, em nenhuma comunidade há atendimento pelo sistema de saneamento rural. Todas possuem eletrificação rural, sendo que na comunidade de Paus Pretos não há iluminação pública, embora paguem a taxa correspondente. Pela mesma forma, as vias de acesso são precárias, agravadas nos períodos chuvosos, o meio de transporte não é diferente do encontrado na região do baixo, lado sergipano. Os territórios mais distantes das sedes encontram, também, mais obstáculo para esse ir e vir necessário, um direito garantido a todos pela CF/88.

Cabe comentar que é previsto o repasse de recursos para a aquisição de máquina, com fins de reparos e melhorias das estradas e certamente para o uso na própria comu-

nidade. Sobre esse assunto, comenta Manuel Santos que o equipamento é adquirido com recurso o PBQ do governo federal, mas que não chega à comunidade, além de ser restrito a uma ou outra, sem o atendimento em escala. Pensa o coordenador que é para todos ou não, melhor não ter o programa do que ser circunscrito a poucos, acrescenta.

No quesito educação, as escolas frequentadas, exceto em datas comemorativas a cultura ancestral africana está diluída, não consta do PPP, embora haja algumas exceções como é o caso de Paus Preto, cuja coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS realiza atividades sobre a história quilombola nas atividades do centro o que acaba produzindo sonidos positivos na escola. Informou à coordenadora que a comunidade foi o seu campo de estudo para o trabalho o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do curso de especialização na área social.

Não foi identificada a presença de postos de saúde, quando é o caso, a presença de médicos é esparsa sem datas marcadas antecipadamente. Há uma reclamação de pertinente a todos que os postos de saúde, geralmente, são construídos vizinhos a uma comunidade quilombola, raros são os casos que possuem em seus territórios, a exemplo de Alto do Tamanduá e Paus Pretos. A comunidade de Jacu, bastante carente, relata que o posto fica na comunidade vizinha, os médicos são geralmente assíduos, tem medicação, enfermeira e dentista, fato que chamou a atenção da consultora, em meio às condições de moradia, de acesso viário e o baixíssimo nível escolar, todas as pessoas presentes à atividade apresentavam cuidados odontológicos.

Sobre a inclusão produtiva é forte na comunidade do Alto do Tamanduá, há hortas comunitárias produção de doces, artesanatos, em Jacu não há estímulo para os jovens, mulheres, há um tempo ocioso e de pouca luta, algo que beira a acomodação. Na comunidade de Tabacaria, as hortas são iniciativa própria para a subsistência, um território a despeito da localização bem agradável, chove muito pouco, a água é de cisterna, e carro-pipa.

Os atrasos das cestas básicas são recorrentes, que segundo a coordenação dos quilombolas As moradias em maioria são de taipa, em Mocó, **figura 7**, e Tabacaria, a situação é grave, a única casa de alvenaria é do presidente da associação de Tabacaria, que informou ter sido uma ajuda recebida da igreja evangélica que tem um prédio, também, de alvenaria, construída em mutirão pelos que moram em casinhas de taipa, **figura 8**, palha e lona!



Figura 7: Casa de taipa em Mocó.



Figura 8: Casa de taipa em Tabacaria. Palmeiras dos Índios.

As comunidades são pouco articuladas, frequentam as reuniões esporadicamente, outras como o Alto do Tamanduá, Cacimba de Barro e Caboclo e Paus Pretos demonstra-

ram serem mais atuantes em suas reivindicações se comparar com as demais comunidades desse território, Um comentário para a pouca participação nas atividades que demandam mais associados em Maceió, é que não há recursos para passagem e alimentação, até os presidentes de associação deixam de ir às vezes por esse motivo.

Quadro 2: Comunidade remanescentes de quilombos visitadas. Estado de Alagoas.

COMUNIDADE	FAMÍLIAS (Nº)	MUNICÍPIO	CERTIFICAÇÃO (ANO)	REGIÃO	SITUAÇÃO ATUAL Inkra
Muquém	120	União dos Palmares	Titulada	Baixo	Titulada
Paus Preto	200	Monteirópolis	Certificada	Baixo	Parado
Alto da Tamanduá	300	Poço das Trincheiras	Certificada	Baixo	Parado
Jacú	85	Poço das Trincheiras	Certificada	Baixo	Parado
Mocó	80	Poço das Trincheiras	Certificada	Baixo	Parado
Tabacaria	89	Palmeira dos Índios	Certificada	Baixo	Decreto
Chifre do Bode	66	Pão de Açúcar	Certificada	Baixo	Parado
Poço do Sal	37	Pão de Açúcar	Certificada	Baixo	Parado
Pixaim	50	Piaçabuçu	Certificada	Baixo	Parado
Caboclo	50	S. J. da Tapera	Certificada	Baixo	Parado
Cacimba de Barro	35	S. J. da Tapera	Certificada	Baixo	Parado
Belo Horizonte	60	Traipu	Certificada	Baixo	Parado
Uruçu	50	Traipu	Certificada	Baixo	Parado
Mumbaça	401	Traipu	Certificada	Baixo	Parado
Lagoa do Tabuleiro	30	Traipu	Certificada	Baixo	Parado
Lagoa do Algodão	50	Carneiro	Certificada	Baixo	Parado

8. BAHIA

8.1. Comunidades quilombolas do Médio São Francisco – Etapa 1 e 2

O levantamento das informações dessa etapa no estado da Bahia, região do Médio São Francisco, no Território de Identidade Velho Chico, contemplou quinze (**ver quadro 3 ao final desse item**) comunidades das 47 existentes, segundo informações colhidas junto aos parceiros da BHSF, do Incra Regional e da Secretaria da Igualdade Racial do Município de Bom Jesus da Lapa, a saber: Rio das Rãs, Lagoa do Peixe, Lagoa do Jacaré, Lagoa das Piranhas, Araçá, Cariacá, Pedras, Patos e Retiro, Peroba, Nova Batalhinha, Juá Bandeira, Fortaleza (Bom Jesus da Lapa); Mangal, Barro Vermelho (Sítio do Mato); Estreito, Barreiro Grande e Agua Fria (Serra do Ramalho), Jatobá (Muquém do São Francisco), Pau D'Arco e Parateca (Malhada). O observa-se das quinze comunidades visitadas, que a maioria está localizada às margens do rio. (Bom Jesus da Lapa, Carinhonha, Serra do Ramalho, Paratinga, Muquém do São Francisco, Sítio do Mato e Malhada), e **seis** comunidades remanescentes de quilombos estavam para a visita (Rio das Rãs, Bebedouro, Boa Vista Pixaim/Fazenda Grande, Barra do Parateca, Tomé Nunes e Monte vidinha).

Das comunidades visitadas constatou-se que o acesso aos trâmites para a regularização fundiária, segue mais ou menos o ritmo de Sergipe, embora com a obtenção de maiores êxitos. Quando comparado com as comunidades de Alagoas, aí os avanços na Bahia são ainda maiores, isso porque as ações para a implantação das políticas estruturantes nesse estado não aconteceram, conforme apresentado no item anterior. Essa observação decorre do quantitativo de comunidades do estado baiano, onde já foram realizados os diagnósticos para a produção do relatório antropológico e ou já divulgados por meio do decreto. O passo seguinte é a contestação no prazo máximo de 90 dias por parte do ocupante da terra quilombola, a partir do qual pode ser feita a desintrusão para e titulação coletiva.

No entanto, quando a comparação se dá entre as quinze comunidades do recorte trabalhado no Território do Velho Chico, se verifica que o avanço não é tão significativo, embora sinalize com uma luz no final do túnel. Antes a condição das comunidades era de total invisibilidade pelas políticas públicas dos governos estadual e municipais. Desde a criação da Fundação Palmares em 1988 apenas dois territórios foram titulados, Mangal Barro Vermelho no ano de 1999 e Rio das Rãs no ano de 2000. As duas são

emblemáticas no Brasil e na Bahia por terem sido os primeiros a protagonizarem a luta por direitos a ter direitos, como apontado em outro momento.

Outras comunidades foram certificadas mais recentemente, no caso de Peroba, **figura 9**, em Bom Jesus da Lapa que ainda não tem uma associação bem estruturada, organizada, aos poucos estão conhecendo o que e quais são os direitos quilombolas, bem como meios financeiros para participar das reuniões e movimentos. No caso de Barra do Parateca, **figura 10**, que foi certificada no ano de 2008, já está em processo final com a publicação no Diário Oficial da União - DOU sobre a contestação por parte do ocupante da terra.



Figura 9: Comunidade Peroba. Bom Jesus da Lapa.



Figura 10: Comunidade Barra do Parateca. Carinhonha.

Sobre o acesso à infraestrutura e qualidade de vida, os meios efetivos para a concretização, por exemplo, do Programa Minha Casa Minha Vida, foram em parte consolidados em algumas comunidades, segundo Felício de Rio das Rãs e Renilde de Parateca Pau D'Arco a demanda é maior do que o atendido, a lacuna significativa é no longo tempo da construção à entrega das chaves que as leva em torno de 4 a 5 anos.

A dinâmica é parecida em outras comunidades para a implantação desse programa, o processo é moroso. Vale comentar que antes do Programa Minha Casa minha Vida, o Incra construiu a maioria das casas em áreas quilombolas e com maior celeridade, segundo Renilde e o próprio gerente do Incra em Bom Jesus da Lapa. Ressalta-se que em Sergipe o projeto estava iniciando e em Alagoas, não houve a implantação do Programa.

As ações de saneamento são inexistentes nos três estados, de acordo com o observado e os depoimentos colhidos. Há eletrificação em todas as comunidades do Programa Luz para Todos

Os aspectos de saneamento inexitem, transporte tem que ser pago, quando há alguém doente é necessário fretar um carro, pois nenhuma comunidade dispõe de ambulância, nem as prefeituras enviam uma em caso de emergência. As estradas por sua vez seguem as características rurais, as comunidades em período de chuvas não têm como se deslocar para a sede, para a escola, mesmo as prefeituras tendo recebido do governo federal máquinas para reduzir o lamaçal.

Quadro 3: Atividades em Territórios Comunidades Remanescente de Quilombos e Municípios/Bahia.

COMUNIDADE	FAMÍLIAS Nº	MUNICÍPIO	CERTIFICAÇÃO (ANO)	REGIÃO BHSF	SITUAÇÃO ATUAL Inkra
Rio das Rãs	800	Bom Jesus da Lapa	2000	Médio	Titulada
Fortaleza		Bom Jesus da Lapa	2013	Médio	Processo aberto
Mangal Barro Vermelho	156	Sítio do Mata	2009	Médio	Parcial
Lagoa do Peixe	150	Bom Jesus da Lapa	2006	Médio	RTID
Jatobá	69	Muquém do São Francisco	2006	Médio	Titulação Parcial
Parateca e Pau D'Arco	500	Malhada	2004	Médio	Titulação Parcial
Tomé Nunes		Malhada	2008	Médio	Certificada
Barreiro Grande		Serra do Ramalho	2013	Médio	Processo aberto
Água Fria		Serra do Ramalho	2013	Médio	Processo aberto
Araçá, Cariacá, Pedras, Patos e Retiro.	155	Bom Jesus da Lapa	2009	Médio	RTID
Lagoa das Piranhas	109	Bom Jesus da Lapa	2011	Médio	RTID
Nova Batalhinha	20	Bom Jesus da Lapa	2008	Médio	RTID
Juá Bandeira		Bom Jesus da Lapa	2010	Médio	Processo aberto
Barrinha		Bom Jesus da Lapa	2011	Médio	Processo aberto
Peroba	55	Bom Jesus da Lapa	2012	Médio	Certificada
Bebedouro	72	Bom Jesus da Lapa	2012	Médio	Processo aberto
Barra do Parateca	401	Carinhanha	2008	Médio	RTID
Estreito		Carinhanha	2006	Médio	Processo aberto
Lagoa do Jacaré (Poçãõ)		Paratinga	2005	Médio	Processo aberto
Barro		Paratinga	2005	Médio	Processo aberto

Ao final das atividades foi sugerida uma tempestade de ideias com frases que traduzissem o abordado na reunião e ou que porventura não fosse realçado nesse percurso, cujo resultado segue indicado em itens:

Questões ambientais identificadas nas comunidades:

Desmatamento, principalmente para a pecuária;

Áreas protegidas: destruição e poluição de manguezais, sem fiscalização;

Assoreamento do rio São Francisco;

Lagoas marginais secas pelos fazendeiros;

Insegurança alimentar;

Terras ocupadas por fazendeiros, terras da União e que por direito ancestral pertence aos quilombolas;

Realidade povoada de conflitos constantes decorrente da ação dos fazendeiros;

Perda de preservação da história;

Diversas famílias contempladas pela Bolsa Verde praticam a queima do lixo porque não há coleta;

Tentam trabalhar dentro da realidade do território;

Quanto à formação, apesar das limitações, estão buscando seguir a contextualização quilombola;

Na escola os professores abordam a questão ambiental, a importância da preservação e recuperação da vegetação, das árvores nativas, das lagoas;

Mantém uma horta orgânica escolar para a alimentação e canteiros medicinais para as aulas vivas/a céu aberto. Buscam conhecer como se usa uma planta, raiz, caule, casca, folhas, flores, saber distinguir a idade de uma árvore;

Ser quilombola é um modo de viver da comunidade com a preservação de suas raízes ancestrais. Daí a importância de trabalhar a cultura quilombola em relação ao meio ambiente, religiosidade, conhecer e praticar.

9. CONCLUSÃO DO TRABALHO REALIZADO

Tradicionalmente na história da ancestralidade africana a identidade com o ambiente natural, se deu em ritmo de convivência harmônica de preservação. Convém observar que as gerações seguintes encontraram outro cenário não deixado pelos seus antepassados, mas, sobretudo devido a sua expulsão em detrimento pelas forças com tendências ruralistas dominantes, conseqüentemente de exploração da força de trabalho de homens e mulheres negras descendentes dos despatriados de origem africana, dos tornados escravos no Brasil.

No levantamento das informações sobre as ações do governo federal em comunidades remanescente de quilombos nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, especificamente na bacia do São Francisco nas regiões do Baixo e Médio São Francisco, em particular acerca das questões ambientais, convém observar que esses aspectos de desmatamento extensivo para o uso e exploração fundiária, mais fortemente para a pecuária têm impossibilitado o protagonismo dos remanescentes quilombolas na recuperação, preservação e conservação ambiental, o qual foi observado o quanto se encontra degradado.

Cumprê refletir que há um choque de comportamento difuso entre esses remanescentes, na medida em que por força da subsistência, uma parcela de representantes da comunidade, acaba se afastando enquanto herdeiros dos princípios que os aproxima do seu ambiente ou da natureza, no sentido material. Esse comportamento é percebido no discurso de outra parcela das mesmas comunidades, que na contramão das práticas de sobrevivência em fazendas e com fazendeiros degradadores por essência, buscam o sustento em harmonia com o território enquanto espaço imaterial de religiosidade ancestral e material terra.

Cabe ressaltar que do ponto de vista da herança imaterial, mítica e da religiosidade, não se encontrou qualquer demonstração de desapego, distanciamento por parte nenhuma representação quilombola, quando das práticas de degradação socioambientais cometidas, pelo contrário são justificadas pela necessidade de trabalho. Por outro lado, há pouco manejo no trato com os recursos ambientais nos espaços restritos aos quilombolas, mesmo naqueles territórios regularizados e em posse da coletividade.

Nessas direções foram encontradas em cada recorte dos três estados, situações que se aproximam no que dizem respeito aos cuidados com as questões ambientais ou

não. Tomando como referência as comunidades visitadas no estado de Alagoas, a predominância de glebas de terras sem cobertura vegetal é enorme se comparadas com o estado de Sergipe, porém a ressalva é que esse território é bem menor que o alagoano, mas guardando as proporções.

Por fim, mesmo com as lacunas existentes no cumprimento da agenda social para a implantação das políticas estruturantes junto às comunidades remanescentes de quilombo nos recortes trabalhados nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, regiões fisiográficas do Baixo e Médio São Francisco, em todas as manifestações, houve a defesa quanto uma avaliação das ações implantadas para a qualificação e ampliação em escala nos estados em tela e para o país.

Que é preciso maior investimento, incentivo à capacitação para trabalho e renda por meio da agricultura familiar. Do mesmo modo em educação de forma que o acesso às universidades pelas comunidades quilombolas conduzam à autonomia e condução dos destinos dos remanescentes enquanto protagonistas.

10. REFERÊNCIAS

----- Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em: 24 de mar.de 2016.

A história e a geografia de Serra do Ramalho. Disponível em: <http://serradoramalhoba.com.br/?p=10>. Acesso em: 22 de mar. 2016.

ATO CONVOCATÓRIO 022/2014. Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ATO-022_2014-BOM-JESUS-DA-LAPA-RIO-DAS-RAS-08_09_2014.pdf. Acesso em: 26 de mar. de 2016..

Blog da Cultura. Disponível em: <https://plugcultura.wordpress.com/tag/territorios/>. Acesso em: 20 de mar. de 2016.

Comunidade Quilombola Mesquita. Disponível em: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=132. Acesso em: 18 de mar. de 2016.

Comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/comunidades-quilombolas-reconhecidas-no-brasil/41057/>. Acesso em: 23 de mar. de 2016.

Comunidades Quilombolas. Disponível em:

Comunidades Quilombolas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso em 24 de abr. de 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em:11 de abr. de 2016.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade>. Acesso em:24. 23 de mar. de 2016.

Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=83>. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em: 20 de mar. 2015.

ANEXOS

Anexo 1: Agenda das visitas técnicas



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

SEPN 505 - Bloco "B", Térreo, ED. Marie Prendi Cruz. Brasília/DF. CEP: 70730-542
TELEFONE: 61-2028-2046

Assunto: Agenda - Levantamento das informações nas comunidades remanescentes quilombolas da BHSF, no Estado da Bahia (Etapas I e II).

Estimados,

Conforme entendimentos anteriores, socializamos a agenda consolidada, tendo em vista o levantamento das ações do governo federal "Programa Brasil Quilombola" - PBQ (anexo) em Comunidades Remanescentes de Quilombos da bacia do São Francisco, Estado da Bahia, com apoio da Câmara Consultiva Regional - CCR/Médio São Francisco, Secretaria de Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Codevasf, Incra e Seagri, no período de **20 a 29/02 (Etapa I) e 01 a 05/03 (Etapa II)**, conforme segue:

AGENDA/ROTEIRO	PERÍODO: 01 a 05/03/16			Etapa II
COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA	APOIO	ESTADO
Rio das Rãs	Bom Jesus da Lapa	01/03	Incra	A realizar
Peroba	Bom Jesus da Lapa	01/03	Incra	A realizar
Bebedouro	Bom Jesus da Lapa	02/03	Incra	A realizar
Araçá/Volta	Bom Jesus da Lapa	02/03	Sec. Ig.Racial	A realizar
Boa Vista Pixaim / Fazenda Grande	Ibotirama	03/03	Incra	A realizar
Barra do Parateca	Carinhanha	04/03	Incra	A realizar
Tumé Nunes	Malhada	05/03	Incra	A realizar

Aspectos a serem identificados no âmbito do PBQ:

- Meio ambiente	- Educação Quilombola	- Saneamento
- Acesso à terra	- Saúde	- Programa sociais
- Acesso à água	- Segurança alimentar	- Cultura
- Habitação	- Infraestrutura	- Educação Ambiental
Também conhecer a cultura tradicional e sua preservação (artesanato, culinária, religiosidade, festividades, benzedeadas, outros).		

Desde já agradecemos pelo apoio.

Saudações,

Dal Bezerra

PRSF/DRB/SRHU

Anexo 2: Questionário

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
SEPN 505 - Bloco "B", Térreo, ED. Marie Prendi Cruz. Brasília/DF. CEP: 70730-542
TELEFONE: 61-2028-2046

Assunto: Levantamento de informações sobre a realidade nas comunidades remanescentes quilombolas da BHSF, no Estado da Bahia: meio ambiente; acesso à terra; acesso à água; habitação; educação quilombola; saúde; segurança alimentar; infraestrutura; cultura; programas sociais.

Solicitamos a gentileza de responder para ser entregue no dia da visita técnica em sua comunidade.

1. Nome da associação da comunidade. Associação de Moradores de Água Fria (AMAFIA) município de Serra do Ramalho.
2. Ano de criação: Fundada em 1995
3. Nome do presidente: Paulo Batista Lima
4. Números de associados: 49 sócios
5. Número de famílias na comunidade: 60 famílias
6. Número de jovens (aproximado): 38 jovens
7. Ano da publicação da RTID:
8. Estágio em que se encontra para a titulação: Em processo no INCRA
9. Pontos positivos e negativos das condições ambientais:
Positivos: Ainda tem matas, lagoas com peixes, jacarés, capivaras e outros animais silvestres.
Negativos: Desmatamentos e queimadas, caça e pesca predatórias principalmente por pessoas vindas de fora.
10. Pontos positivos e negativos sobre as condições de educação quilombola:
Positivos: Trabalho de conscientização, muitos alunos assumem sua raça.
Negativos: Falta de profissionais especializados na área, capacitação para professores, apoio da secretaria de educação e governo municipal.
11. Pontos positivos e negativos das condições de saúde:
Positivos: vacinação
Negativos: Não temos acompanhamento de agentes de saúde, muita dificuldade nas consultas em geral, falta de atendimento de emergência, posto de saúde na comunidade.
12. Pontos positivos e negativos das condições de acesso à água:

Positivos: Temos um posto artesiano que abastece a comunidade mesmo a água sendo salgada é a única que temos.

Negativos: Temos uma obra de auto custo, mas está parada nunca fizeram a ligação já fomos a prefeitura reivindicar, na condevasf e nada.

13. Pontos positivos e negativos das condições ambientais na comunidade:

Positivos: Temos um grupo que ajuda muito com palestras, pessoas que tem suas hortas, grupo de mulheres, grupo de jovens.

Negativos: Desmatamento por pessoas de fora, queimadas, todo ano aparece o fogo do nada. A comunidade juntamente com o grupo NGA associação já denunciemos várias vezes e não foi feito nada.

14. Pontos positivos e negativos das condições dos Programas Sociais:

Positivos: Bolsa família, bolsa verde, seguro pesca, garantia safra.

Negativos: falta incluir algumas famílias

15. Pontos positivos e negativos das condições de segurança alimentar:

Positivos: Pequenas hortas, plantas frutíferas, pescam, pequena agricultura e criação de animais de pequeno porte.

Negativos: Não tem supermercado, padaria tudo é comprado fora.

16. Pontos positivos e negativos das condições ambientais na comunidade:

Positivos: Tem um grupo de conscientização, após este grupo as coisas tiveram bastante desenvolvimento.

Negativos: Queimada, caça e pesca predatória.

17. Pontos positivos e negativos das condições de habitação (Minha Casa Minha Vida). Qual a demanda? Quantas foram construídas?

Positivos:

Negativos: Não fomos beneficiados com nenhum projeto do minha casa minha vida porém existem famílias na nossa comunidade que ainda moram em casas de taipa e precisa de reforma nas casas com sanitários porque muitos ainda usam céu aberto.

18. Pontos positivos e negativos das condições de infraestrutura (saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social:

Positivos: Já temos energia elétrica em todas as casas, internet na escola colocada recentemente.

Negativos: Não temos sanitário em todas as casas, água tratada, estradas.

19. Pontos positivos e negativos das condições de preservação da cultura quilombola. Religiosidade de matriz africana. Festividades. Benzedeiras. Culinária.

Positivos: As nossas tradições continuam, ainda temos benzedeadas, samba de roda, culinária como: (canjica, bolo de milho, cuscuz, tapioca, bejú, farofa, mandioca, etc.) festejamos Nossa Senhora de Fátima a padroeira da comunidade, guardam os dias santos. Ainda temos roda de capoeira trabalhada na escola,

cantiga de roda, etc.

Negativos: não temos um espaço adequado para as apresentações e manifestações culturais.

20. Pontos positivos e negativos das condições de preservação do artesanato originário da cultura ancestral:

Positivos: Têm muitos artesanatos, crochê, esteira, balaio, pote de barro, tapete de retalho, tralha de pesca, etc.

Negativos: Falta de condições financeiras e apoio para saída dos produtos.

21. Influência para a subsistência do rio São Francisco ou de seus afluentes no dia-a-dia da comunidade

Positivos: Conscientização para o não desmatamento das margens, fiscalização do grupo do bolsa verde onde há desmatamento, lixo.

Negativos: Não temos apoio dos órgãos competentes que ajude nestes trabalhos.

22. Pontos positivos e negativos das condições de acesso à internet (telecentros, outros):

Positivos: Na escola já tem wi-fi e é usado por toda a comunidade.

Negativos:

23. Pontos positivos e negativos das condições de acesso a cursos para jovens e mulheres:

Positivos: Já temos quatro alunos fazendo Educação do Campo através do movimento.

Negativos: Está muito pouco o acesso a faculdades, nunca tivemos oportunidades de cursos para jovens e mulheres.

24. O que é ser quilombola (três frases): É ter orgulho do que somos, É preservar as nossas raízes, É lutar por igualdade e direitos.

25. Outros que queira acrescentar:

:

Saudações quilombolas,

Adalcira

Programa de Revitalização da BHSF – Educadora Ambiental

Email: dalbezerra@hotmail.com

Anexo 3: